

SÉRGIO CAMPINHO

Advogado. Professor de Direito Comercial  
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

**CURSO DE  
DIREITO  
COMERCIAL**

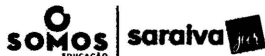
**FALÊNCIA  
E RECUPERAÇÃO  
DE EMPRESA**

8ª edição  
revista e atualizada

2017

**saraiva** 

ISBN 978-85-472-1445-6

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
**SAC** | 0800-0117875  
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h  
[www.editorasaraiva.com.br/comtate](http://www.editorasaraiva.com.br/comtate)

Campinho, Sérgio

Curso de direito comercial : falência e recuperação de empresa / Sérgio Campinho. – 8. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Direito comercial 2. Direito empresarial 3. Falência 4. Recuperação judicial (Direito) I. Título.

16-1350

CDU 347.736(81)

**Presidente** Eduardo Mufarej  
**Vice-presidente** Claudio Lensing  
**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin

**Conselho editorial**

**Presidente** Carlos Ragazzo  
**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Gerente editorial** Thais de Camargo Rodrigues  
**Edição** Bruna Schilndwein Zeni

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa  
Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Guilherme H. M. Salvador  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
Mônica Landi  
Surane Vellenich  
Tatiana dos Santos Romão  
Tiago Dela Rosa

**Projeto gráfico** Mônica Landi  
**Diagramação** Fabricando Ideias Design Gráfico  
**Revisão** Juliana Bormio de Sousa

**Comunicação e MKT** Elaine Cristina da Silva  
**Capa** Aero Comunicação

**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Gráfica Ave Maria

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito comercial: Brasil : Falência 347.736(81)  
2. Brasil : Leis Recuperação de empresas 347.736(81)

**Data de fechamento da edição: 12-12-2016**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602668 CAE 603593


**SUMÁRIO**

<i>Prefácio</i> .....	19
-----------------------	----

### **SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES GERAIS .....	25
1. Etimologia .....	25
2. Conceito de falência .....	26
3. Natureza da falência: direito material ou processual? .....	30
4. A falência como execução concursal .....	30
5. Conceito de recuperação judicial .....	31
6. Natureza jurídica da recuperação judicial .....	32
CAPÍTULO 2 – SUJEITO PASSIVO DA FALÊNCIA, DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA EXTRAJUDICIAL.....	37
7. O empresário (sistema restritivo) .....	37
8. A profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística .....	38
9. O empresário rural .....	39
10. O empresário individual.....	39
11. O espólio.....	40
12. O menor empresário .....	41

13. A sociedade empresária.....	42
14. A sociedade anônima.....	43
15. A sociedade de economia mista e a empresa pública .....	44
16. A instituição financeira.....	45
17. A sociedade seguradora.....	47
18. A sociedade operadora de plano de assistência à saúde .....	48
19. A entidade de previdência complementar .....	48
20. O transportador aéreo .....	49
21. A sociedade cooperativa.....	49
22. A sociedade que exerce atividade rural .....	50
22-A. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.....	50
<b>CAPÍTULO 3 – JUÍZO COMPETENTE .....</b>	<b>53</b>
23. Conceito de principal estabelecimento .....	53
24. Prevenção .....	54
25. Natureza da competência .....	57
26. Encerramento das atividades.....	58
27. Alteração de estabelecimento .....	59
28. Filial de matriz situada no exterior.....	60

## **SEÇÃO II – ÓRGÃOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA FALÊNCIA E ACERTAMENTO DO PASSIVO DO DEVEDOR**

<b>CAPÍTULO 4 – O JUIZ E O MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>65</b>
29. Visão geral e preliminar .....	65
30. A atividade do magistrado .....	65
31. A atuação do ministério público .....	66
32. Requerimento de falência pelo ministério público .....	69
<b>CAPÍTULO 5 – O ADMINISTRADOR JUDICIAL .....</b>	<b>73</b>
33. Posição jurídica .....	73

---

34. Nomeação e investidura .....	74
35. Impedimentos .....	76
36. Deveres e atribuições .....	77
37. Destituição .....	79
38. Substituição.....	79
39. Remuneração .....	82
40. Responsabilidade do administrador judicial.....	84
41. Prestação de contas.....	85
CAPÍTULO 6 – ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES.....	89
42. Noção .....	89
43. Competências.....	89
44. Convocação.....	90
45. Instalação .....	92
46. Direção dos trabalhos .....	93
47. Composição .....	93
48. Deliberações .....	95
49. Direito de voto.....	97
50. Participações extraordinárias.....	101
51. Órgão não obrigatório.....	102
CAPÍTULO 7 – COMITÊ DE CREDORES .....	103
52. Constituição e composição .....	103
53. Impedimentos .....	105
54. Atribuições e competências.....	105
55. Deliberações .....	106
56. Remuneração .....	106
57. Destituição.....	106
58. Responsabilidade civil .....	107
59. Órgão não obrigatório.....	107

CAPÍTULO 8 – VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS .....	109
60. Natureza da verificação de créditos .....	109
61. Habilitação de crédito .....	110
62. Impugnação de créditos.....	113
63. Julgamento na verificação de créditos .....	115
64. Recurso da sentença de impugnação.....	115
65. Condenação em honorários advocatícios .....	116
66. Quadro-geral de credores .....	117
67. Créditos tributários .....	117
68. Créditos decorrentes da relação de trabalho .....	119
69. Créditos ilíquidos.....	121
70. Habilitação retardatária .....	122
71. Exclusão, reclassificação ou retificação de créditos .....	124

### SEÇÃO III – RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CAPÍTULO 9 – FUNDAMENTOS DO INSTITUTO .....	129
72. A crise econômico-financeira.....	129
73. O acordo judicial.....	131
CAPÍTULO 10.....	133
INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	133
74. Legitimação ativa.....	133
75. Condições para a recuperação judicial .....	134
76. Requisitos formais do pedido e representação .....	139
77. Deferimento do processamento da recuperação judicial.....	142
78. Natureza jurídica do ato judicial.....	144
79. Recurso do despacho do processamento .....	144
80. Desistência do pedido .....	146

CAPÍTULO 11 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS CREDORES .....	149
81. Créditos sujeitos à recuperação .....	149
82. Obrigações e valores inexigíveis .....	152
83. Suspensão das ações e execuções .....	152
84. Novação dos créditos.....	158
CAPÍTULO 12 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS BENS E À PESSOA DO DEVEDOR .....	161
85. Restrição à livre disposição dos bens .....	161
86. Afastamento do devedor ou de seus administradores .....	162
CAPÍTULO 13 – A REORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	165
87. Meios de recuperação .....	165
88. Atos de concentração.....	167
89. Plano de recuperação.....	171
90. Manifestação dos credores .....	172
91. Prazo de realização da assembleia geral de credores e prazo de suspensão das ações.....	174
92. Apresentação de certidões negativas de débito fiscal.....	175
93. Julgamento.....	181
94. Alienação de filiais.....	182
95. Estado de recuperação e seu encerramento.....	184
96. Plano especial de recuperação judicial.....	187
CAPÍTULO 14 – CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA.....	191
97. Hipóteses .....	191
98. Eficácia dos atos .....	192

#### **SEÇÃO IV – FALÊNCIA**

CAPÍTULO 15 – ESTADO DE FALÊNCIA.....	195
99. Pressupostos .....	195

100. Qualidade de empresário.....	195
101. Insolvência do empresário .....	195
102. Sistema do patrimônio deficitário.....	196
103. Sistema da incapacidade de pagar .....	196
104. Sistema da cessação de pagamentos.....	197
105. Sistema da impontualidade.....	197
106. Sistema da enumeração ou indicação de fatos concretos, precisados em lei	198
107. Sistema adotado pelo direito positivo brasileiro .....	198
108. Insolvência presumida ou confessada.....	199
109. Conceito de insolvência.....	199
110. Decretação judicial da falência.....	200
111. Pluralidade de credores.....	200
<b>CAPÍTULO 16 – DEVEDOR EMPRESÁRIO.....</b>	<b>203</b>
112. Empresário individual .....	203
113. Falência dos legalmente impedidos de exercer a atividade de empresário	204
114. Sociedade empresária.....	205
115. Sócio de responsabilidade solidária e ilimitada.....	205
116. Sócio de responsabilidade limitada .....	209
117. Administradores das sociedades anônima e limitada .....	212
118. Sócio comanditário .....	213
119. Sócio oculto .....	213
120. Sócio da sociedade limitada e controlador da sociedade anônima .....	214
120-A. O sócio único e o administrador da EIRELI na falência.....	215
121. Ação de responsabilidade.....	216
121-A. Objeto do pedido .....	217
122. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	218
123. Sociedade em conta de participação.....	219



---

124. Sociedade em comum.....	220
125. Prova da qualidade de empresário.....	221
CAPÍTULO 17 – INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO.....	223
126. Visão geral.....	223
127. Sistema da impontualidade.....	223
128. Obrigação líquida.....	224
129. Letra de câmbio não aceita .....	225
130. Duplicata não aceita .....	225
131. A denominada duplicata virtual.....	228
132. Créditos líquidos que não ensejam falência.....	234
133. Título executivo .....	234
134. A prova da impontualidade: protesto do título .....	236
135. Protesto comum e protesto especial .....	237
135-A. Protesto de sentença .....	240
136. Intimação do devedor.....	240
137. Local do protesto.....	243
138. Processamento e formalidades do protesto.....	243
139. Valor superior a quarenta salários mínimos .....	245
140. Relevante razão de direito.....	246
141. Crítica conceitual ao sistema da impontualidade .....	248
142. Sistema de enumeração legal.....	251
143. Execução sem pagamento ou garantia.....	253
144. Atos ruinosos.....	261
145. Liquidação precipitada e uso de meios ruinosos ou fraudulentos para pagar	262
146. Realização de negócio simulado ou alienação de ativo .....	263
147. Traspasse do estabelecimento .....	264
148. Transferência simulada do estabelecimento principal.....	264

149. Outorga ou reforço de garantia.....	265
150. Ocultação, fuga ou abandono do estabelecimento .....	265
151. Descumprimento de obrigação do plano de recuperação .....	266
CAPÍTULO 18 – DECRETAÇÃO JUDICIAL DA FALÊNCIA.....	267
152. Natureza do processo pré-falimentar .....	267
153. Legitimação processual ativa.....	267
154. Iniciativa do devedor .....	268
155. Iniciativa do cônjuge sobrevivente, do herdeiro ou do inventariante.....	270
156. Iniciativa dos sócios.....	271
157. Iniciativa dos credores .....	271
158. A iniciativa da Fazenda Pública .....	272
159. Defesa do requerido .....	275
160. O depósito elisivo da falência .....	276
161. Decretação da falência.....	278
162. Termo legal da falência.....	280
163. Continuação provisória das atividades .....	282
164. Publicidade da sentença.....	283
165. Natureza jurídica da sentença .....	283
166. Coisa julgada.....	284
167. Recurso .....	285
168. Unidade e universalidade do juízo da falência.....	286
169. Sentença denegatória da falência.....	292
170. Condenação em perdas e danos .....	293
171. Natureza do processo de falência .....	295
CAPÍTULO 19 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO À PESSOA DO FALIDO.....	297
172. Condição jurídica do falido .....	297

173. Direitos do falido .....	297
174. Inabilitação empresarial.....	298
175. Obrigações legais do falido .....	299
176. Restrição ao livre trânsito .....	300
177. Sigilo de correspondência .....	301
CAPÍTULO 20 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS BENS DO FALIDO.....	303
178. O desapossamento dos bens e a formação da massa falida objetiva.....	303
179. Arrecadação e custódia dos bens .....	304
180. Bens excluídos da arrecadação .....	306
181. Auto de arrecadação dos bens.....	310
182. Liquidação antecipada dos bens.....	310
183. Geração de rendimentos a partir dos bens arrecadados .....	311
CAPÍTULO 21 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CREDORES .....	313
184. A formação da massa falida subjetiva .....	313
185. Credores concorrentes e credores concursais.....	313
186. Credores reivindicantes .....	314
187. Credores extraconcursais .....	314
188. Credores não admitidos.....	314
189. Credores por obrigações solidárias .....	315
190. Efeitos jurídicos quanto aos direitos dos credores .....	317
191. Vencimento antecipado da dívida do falido.....	317
192. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores .....	318
193. Cessação da fluência de juros.....	319
194. Suspensão do curso do prazo prescricional.....	321
CAPÍTULO 22 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DO FALIDO .....	323

195. Contrato: conceito e classificação .....	323
196. Contratos bilaterais .....	324
197. Contratos unilaterais .....	326
198. Coisas vendidas, ainda em trânsito .....	326
199. Venda de coisas compostas .....	327
200. Venda de coisa móvel ou prestação de serviços pagos em prestações .....	327
201. Contrato de venda com reserva de domínio.....	327
202. Contrato de compra e venda a termo.....	328
203. Promessa de compra e venda de imóveis.....	328
204. Contrato de locação .....	329
205. Compensação e liquidação de obrigação no âmbito do sistema financeiro nacional.....	329
206. Patrimônio de afetação .....	330
207. Contrato de trabalho .....	332
208. Concessão de serviço público.....	333
209. Contrato de conta corrente.....	333
210. Contratos de mandato e comissão .....	334
211. Propriedade em comum .....	335
212. Contrato de sociedade .....	335
213. Compensação das dívidas do falido .....	338
<b>CAPÍTULO 23 – AÇÃO REVOCATÓRIA .....</b>	<b>341</b>
214. Atos ineficazes e revogáveis.....	341
215. Pagamento de dívidas não vencidas .....	344
216. Pagamento por meio extraordinário .....	344
217. Constituição de garantia real .....	345
218. Atos a título gratuito .....	345
219. Renúncia à herança ou a legado.....	346
220. Traspasse do estabelecimento .....	346

---

221. Registros e averbações após a decretação da falência.....	347
222. Ineficácia do reembolso dos acionistas .....	348
223. Atos previstos no plano de recuperação judicial .....	349
224. Processamento da ação revocatória .....	349
225. Legitimação ativa e passiva .....	350
226. Competência, rito e prazo de propositura.....	351
227. Recurso da decisão revocatória .....	352
228. Ineficácia ou revogação de ato amparado em decisão judicial.....	352
229. Efeitos da ação revocatória.....	353
CAPÍTULO 24 – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO.....	355
230. Função e natureza jurídica.....	355
231. Restituição ordinária .....	356
232. Alienação fiduciária em garantia .....	356
233. Cessão fiduciária de direitos creditórios .....	358
234. Arrendamento mercantil .....	358
235. Mandato e comissão .....	359
236. Comodato.....	359
237. Contrato estimatório .....	360
238. Restituição de dinheiro em poder do falido .....	360
239. Restituições especiais .....	361
240. Restituição de coisa vendida a crédito.....	361
241. Restituição decorrente de adiantamento a contrato de câmbio.....	363
242. Valores entregues ao devedor pelo contratante de boa-fé .....	363
243. Rito processual .....	364
244. Embargos de terceiro opostos pelo cônjuge do falido.....	365
CAPÍTULO 25 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....	369
245. Razão de ordem.....	369
246. Gradação dos créditos .....	369

247. Créditos de natureza trabalhista.....	370
247-A. Crédito relativo a honorários advocatícios.....	372
248. Representantes comerciais autônomos.....	372
249. Créditos com garantia real.....	374
250. Créditos tributários.....	375
251. Créditos com privilégio especial.....	377
252. Créditos com privilégio geral.....	379
253. Créditos quirografários.....	380
254. Créditos subquirografários.....	380
255. Créditos subordinados.....	381
256. Créditos extraconcursais.....	382
CAPÍTULO 26 – REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO.....	385
257. O momento da liquidação.....	385
258. Plano de venda dos bens.....	387
259. Alienação comum ou ordinária.....	387
260. Formas ordinárias.....	388
261. Modalidades ordinárias.....	389
262. Modalidades extraordinárias.....	392
263. Sucessão nas obrigações do devedor.....	393
264. Disposições complementares à realização do ativo.....	394
265. Ordem de pagamentos.....	395
266. Importâncias reservadas.....	396
267. Disposições complementares ao pagamento do passivo.....	397
268. Encerramento da falência.....	398
CAPÍTULO 27 – EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO.....	401
269. Enquadramento.....	401
270. Pagamento.....	402

271. O decurso do tempo.....	402
272. Processamento do requerimento.....	403
273. Sócios de responsabilidade ilimitada.....	404

## **SEÇÃO V – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

<b>CAPÍTULO 28 – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....</b>	<b>409</b>
274. Convocação extrajudicial de credores .....	409
275. O acordo extrajudicial homologável .....	410
276. Condições gerais.....	413
277. Condições especiais .....	413
278. Credores excluídos .....	414
279. Instrução do pedido .....	415
280. Oposição dos credores.....	416
281. Efeitos.....	418

## **SEÇÃO VI – O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO FONTE SUBSIDIÁRIA**

<b>CAPÍTULO 29 – IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....</b>	<b>421</b>
282. Questão de ordem .....	421
283. Contagem dos prazos de natureza processual.....	422
284. A aplicação subsidiária do Código de Processo Civil e o sistema recursal da Lei n. 11.101/2005.....	426
285. O novo regime jurídico do recurso de agravo .....	428
285-A. O processo preliminar da falência .....	429
285-B. O processo de falência .....	431
285-C. O processo de recuperação judicial .....	432
286. Cooperação jurisdicional (cooperação nacional) .....	435
<i>Bibliografia</i> .....	437